



GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFSCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a

O objetivo do GT é reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crianças se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios teóricos e metodológicos no campo da Antropologia da Criança. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflexões, o potencial das crianças para revelarem o que nem sempre é objeto de atenção em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostaríamos de receber trabalhos sobre infâncias diferenciadas (crianças urbanas, camponesas, quilombolas, indígenas, de populações tradicionais, em situação de institucionalização, entre outras) que suscitem questões de gênero, raça e direitos específicos. Considerando o tema da 31ª RBA, destacamos a importância de pensar sobre os direitos e a proteção desses sujeitos, assim como também sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT é congrega pesquisas etnográficas recentes que suscitem discussões teóricas, metodológicas e éticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abrangendo: estudos que pensem as experiências de construção das crianças enquanto sujeitos, que empreendam análises das tecnologias de governo voltadas às crianças, que exercitem reflexões metodológicas sobre a pesquisa com crianças e discutam as noções sociais de infância e que coloquem em perspectiva a questão da proteção e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

Aprendizagem, ajuda ou work infantil: como pesquisar a participação de crianças nas atividades produtivas familiares?

Autoria: Antonella Maria Imperatriz Tassinari

A participação das crianças nas atividades produtivas familiares, em contextos indígenas, camponeses ou de comunidades tradicionais, pode ser entendida como processo inerente à reprodução do grupo e à formação da pessoa de maneira plena e saudável. Essa abordagem vai de encontro a certas medidas que vem sendo adotadas pela rede de proteção à infância, que tem criminalizado os modos tradicionais de educação baseados na prática. Mesmo após a Resolução n.181/2016 do CONANDA, que apresenta procedimentos que a rede de proteção deve adotar para a construção de serviços culturalmente adequados, temos presenciado constantes situações de desrespeito à autonomia dessas populações. Essa comunicação busca refletir sobre o potencial da Antropologia da Criança para contribuir para essa questão, diminuindo os ruídos entre uma abordagem universal e colonialista de infância adotada pela rede de proteção e as múltiplas infâncias vivenciadas nos contextos de populações tradicionais. Com base em exemplos de pesquisas etnográficas desenvolvidas pela autora com crianças indígenas Galibi-Marworno do Amapá e com filhos de agricultores familiares do Paraná, pretende-se discutir estratégias metodológicas que permitam investigar essas situações, a partir do diálogo com as crianças e com o reconhecimento do seu protagonismo. Noções próprias de família e parentesco, de corporalidade e saúde e formas produtivas de relação com o ambiente devem ser levadas em conta nessas investigações. A exposição pretende contribuir também para refletir sobre o potencial dessas estratégias de pesquisa para a realização de perícias envolvendo crianças oriundas de comunidades tradicionais que se encontram em situação de abrigo.



Realização:



Apoio:



Organização:

